

QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL DE PRAÇAS: Aplicação de indicadores da ferramenta “QUALIFICAURB”

**CALIDAD SOCIOAMBIENTAL DE PLAZAS: APLICACIÓN INDICADORES DE LA HERRAMIENTA
QUALIFICAURB**

**SOCIO-ENVIRONMENTAL QUALITY OF SQUARES: APPLICATION INDICATORS FROM THE
QUALIFICAURB TOOL**

RAMOS, LARISSA LETICIA ANDARA

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade e do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Design de Interiores e Engenharia Civil da Universidade Vila Velha-ES (UVV), Brasil. E-mail: larissa.ramos@uvv.br

JESUS, LUCIANA APARECIDA NETTO

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e do curso de graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. E-mail: luciana.a.jesus@ufes.br

PASSAMANI, AMANDA JEVEAUX

Arquiteta e Urbanista (UVV). Aluna do mestrado em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha-ES. (UVV), Brasil. E-mail: amandajeveauxp@gmail.com

CONDE, KARLA MOREIRA

Professora Doutora do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. E-mail: karla.conde@ufes.br

RESUMO

Esta pesquisa analisa a qualidade socioambiental dos espaços livres públicos, em especial de praças urbanas, a partir da aplicação de indicadores presentes na ferramenta analítico-classificatória “QualificaURB”, desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão” com o intuito de caracterizar e pontuar tais espaços, visando o entendimento deles e, consequentemente, projetos de intervenções direcionados. Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, com recorte espacial, nas praças da Regional 4 -Grande Cobilândia, em Vila Velha- ES. A ferramenta é organizada em quatro categorias: “Proteção e segurança”; “Conforto e imagem”; “Acessos e conexões”; e “Sociabilidade, usos e atividades”, que recebem classificações que variam de insuficiente, regular, bom a ótimo. A Grande Cobilândia ganha destaque tendo em vista seu contexto de vulnerabilidade social e ambiental, nela, as cinco praças existentes foram analisadas, sendo duas classificadas como “bom”, outras duas como “regular” e uma “insuficiente”, demonstrando a urgência de intervenções. Ressalta-se a escassez de áreas verdes e permeáveis que auxiliam no equilíbrio ambiental bem como a necessidade de espaços que propiciem diversidade de uso para pessoas de diferentes faixas etárias e condições físicas, favorecendo a inclusão social. Os resultados confirmam a eficácia da ferramenta “QualificaURB” ao evidenciar, na análise das praças, aspectos potenciais e, sobretudo, principais fragilidades desses espaços, indicando o seu potencial para ser utilizada no planejamento de novos projetos e reformas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: espaços livres públicos; ferramenta de avaliação; paisagem urbana.

RESUMEN

Esta investigación analiza la calidad socio-ambiental de los espacios públicos, especialmente las plazas urbanas, a partir de la aplicación de indicadores presentes en el instrumento de clasificación analítica "QualificaURB", desarrollado por el grupo de investigación "Paisagem Urbana e Inclusão", con el fin de caracterizar y señalar tales espacios, con el objetivo de su comprensión y, por consiguiente, proyectos de intervenciones específicas. Se trata de una investigación aplicada, exploratoria y descriptiva, con recorte espacial de las plazas del Regional 4 -Grande Cobilândia, en Vila Velha- ES. La herramienta se organiza en cuatro categorías: "Protección y seguridad"; "Confort e imagen"; "Acceso y conexiones" y "Sociabilidad, usos y actividades" que reciben calificaciones que van de insuficientes, regulares, buenas a grandes. La Cobilândia Grande gana prominencia en vista de su contexto de vulnerabilidad social y ambiental, en ella se analizaron las cinco plazas existentes, dos clasificadas como "buenas", dos como "regulares" y una "insuficiente", demostrando la urgencia de las intervenciones. Se destaca la escasez de áreas verdes y permeables que ayudan en el equilibrio ambiental, así como la necesidad de espacios que proporcionen diversidad de usos para personas de diferentes grupos de edad y condiciones físicas, favoreciendo la inclusión social. Los resultados confirman la eficacia de la herramienta 'QualificaURB' al evidenciar, en el análisis de las plazas, aspectos potenciales pero, sobre todo, las principales fragilidades de estos espacios, indicando así su potencial para ser utilizada en la planificación de nuevos proyectos y reformas futuras.

PALABRAS CLAVE: espacios públicos abiertos; herramienta de evaluación; paisaje urbano

ABSTRACT

This research analyzes the socio-environmental quality of public spaces, especially urban squares, from the application of indicators present in the analytical classification tool "QualificaURB", developed by the research group "Paisagem Urbana e Inclusão", in order to characterize and point such spaces, aiming at their understanding and, consequently, projects of targeted interventions. This is an applied research, exploratory and descriptive, with spatial cutout the squares of the Regional 4 -Grande Cobilândia, in Vila Velha- ES. The tool is organized into four categories: "Protection and safety"; "Comfort and image"; "Access and connections"; and "Sociability, uses and activities" which receive ratings ranging from insufficient, regular, good to great. The Cobilândia Great gains prominence in view of its context of social and environmental vulnerability, in it, the five existing squares were analyzed, two classified as "good", two as "regular" and one "insufficient", demonstrating the urgency of interventions. The scarcity of green and permeable areas that help in environmental balance is highlighted, as well as the need for spaces that provide diversity of use for people of different age groups and physical conditions, favoring social inclusion. The results confirm the effectiveness of the 'QualificaURB' tool by revealing, through the analysis of public squares, not only their potential features but, more importantly, their main shortcomings. This highlights the tool's potential for application in the planning of new projects and future renovations.

KEYWORDS: public open spaces; assessment tool; urban landscape.

Recebido em: 12/09/2024

Aceito em: 24/04/2025

1 INTRODUÇÃO

Os benefícios dos espaços livres públicos para a qualidade de vida urbana têm sido cada vez mais enfatizados entre os estudos contemporâneos. Queiroga (2011) destaca que são nos espaços livres que a vida pública em comunidade se sustenta, pois são constituídos por locais que favorecem a sociabilidade, a pluralidade e a diversidade. A autora ainda ressalta a necessidade desses espaços considerarem as especificidades locais, o contexto histórico e as características físicas, ambientais, sociais e econômicas de cada território.

O processo de urbanização no Brasil, em especial motivado pelo pensamento modernista, promoveu o desenvolvimento de infraestruturas cinzas que enfatizam o uso dos automóveis em detrimento do pedestre, negligenciando também a função do espaço público como local de encontro e de socialização (Gehl, 2014). Leite (2011) evidencia a organização física deficiente e o descaso com os espaços livres públicos e áreas verdes urbanas na maioria municípios brasileiros, tanto que muitos deles carecem de qualidade socioambiental, são ausentes de mobiliários e equipamentos que atendam de maneira satisfatória a população, resultando em espaços que tendem ao esvaziamento e ao descaso.

Dentre os espaços livres públicos, a praça ganha destaque tendo em vista suas funções sociais, culturais, estéticas, urbanísticas e ambientais, capazes de favorecer a vitalidade urbana, o enriquecimento sociocultural, o exercício da cidadania e a manutenção da esfera pública (Macedo, 2018). São espaços relacionados ao convívio em comunidade, aos encontros e trocas da vida cotidiana, que podem ser utilizados para o descanso, práticas esportivas e recreativas.

Gehl (2014, p.91) afirma que são as pessoas que tornam a vida na cidade mais segura e convidativa, tanto no que tange a segurança vivenciada quanto àquela percebida. Para o autor, sentir-se seguro é "crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano". Jacobs (2011) também ressalta que um dos requisitos para a segurança urbana são os "olhos da rua", expressão que evidencia o papel da vigilância natural a partir da presença de pessoas nas ruas, mas também de edifícios que possibilitam, através de suas fachadas, o contato visual com o exterior. Nesse sentido, um espaço público seguro deve apresentar infraestrutura adequada para o uso da população, com equipamentos e iluminação pública eficientes, diversidade de usos, mas também permeabilidade visual, com térreos ativos, bem como calçadas e travessias seguras ao tráfego.

No que tange ao acesso às praças e suas conexões urbanas, vale ressaltar sua influência para favorecer o uso e a permanência das pessoas nesses espaços, uma vez que o acesso seguro até as praças deve ser preservado e sua conexão com o entorno precisa ser adequada, a fim de que se tornem locais confortáveis, vivos, limpos e seguros. De acordo com estudos realizados por autores como Sung, Lee e Cheon (2015) e Jacobs (2011), quadras menores estimulam as pessoas a caminharem. Nesse sentido, praças inseridas num contexto urbano formado por quadras menores e com mais possibilidades de acesso, tendem a tornar-se mais atrativas. Além disso, um espaço público acessível e que contemple os princípios do desenho universal permite que pessoas de diferentes idades e condições físicas consigam chegar ao local e se locomover nele, o que garante seu maior uso e vivência.

Em relação ao conforto urbano, Robba e Macedo (2002) destacam o papel das praças para o microclima local, salientando, em especial, aquelas situadas em áreas adensadas. Hannes (2016) enfatiza a função estética das praças como lugares agradáveis, mas também como locais de apreciação da paisagem construída e natural, servindo de espaços tanto para observação de edifícios arquitetônicos quanto para visuais da paisagem urbana. Os autores evidenciam o valor ambiental e ecológico a partir da presença da vegetação que contribui para permeabilidade do solo, controle da temperatura e a mitigação da poluição do ar e sonora.

Destaca-se, ainda, a necessidade de garantir a qualidade das praças e a sua identidade no contexto local, sem as quais o uso e a ocupação do espaço poderão ser comprometidos. Para Gehl (2014), o poder público deve concentrar-se em melhorias para o espaço público, integrando desafios e oportunidades de forma a atender pessoas de diferentes idades e condições físicas. Assim, a praça deve ser vista como a extensão da casa ou escola, ou seja, na condição de um espaço de convívio saudável e comunitário. Para isso, além de garantir diversidade de uso e equipamentos de qualidade, considera-se, não menos importante, a manutenção e a integridade do local.

Nesse sentido, ao considerar o potencial dos espaços públicos para a promoção da qualidade ambiental e para o enriquecimento da vida urbana, percebe-se a relevância de estudos que avaliam a qualidade socioambiental desses espaços, evidenciando aspectos que contribuem para a acessibilidade, conectividade, conforto, sociabilidade e segurança, bem como identificam falhas que prejudiquem a relação entre usuário-ambiente e comprometem a utilização e a permanência das pessoas no espaço público.

Apesar da existência, no contexto nacional e internacional, de metodologias que avaliam os espaços livres públicos, observa-se uma lacuna no que se refere a ferramentas que permitem a avaliação da qualidade socioambiental de praças urbanas, a partir de um sistema de pontuação e classificação, com parâmetros predefinidos. Nesse sentido, o grupo de pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão” – composto por professores e pesquisadores da Universidade Vila Velha (UVV) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – vem desenvolvendo uma ferramenta analítica-classificatória nomeada “QualificaURB”, que além de contribuir para o entendimento das praças e identificação de aspectos passíveis de melhorias, permite classificar e atribuir pontuações às mesmas, podendo ser uma ferramenta utilizada pela comunidade e por órgãos e instituições públicas e privadas, a fim de compreender suas dinâmicas e melhorar a experiência vivenciada em novos espaços públicos, sobretudo naqueles existentes.

Neste artigo, além da apresentação do método completo de avaliação relativo à aplicação da ferramenta “QualificaURB”, são exibidos os resultados da sua aplicação na avaliação socioambiental das praças urbanas da Grande Cobilândia, município de Vila Velha, Espírito Santo. A pesquisa é de natureza aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, sendo desenvolvida em quatro etapas metodológicas: 1) Contextualização do tema; 2) Mapeamento das praças; 3) Aplicação da ferramenta “QualificaURB” e 4) Análises dos resultados.

Após a revisão bibliográfica e documental, as praças da Grande Cobilândia foram identificadas e mapeadas, utilizando o software de geoprocessamento ArcGis (versão 10.4.1), que permitiu gerar uma base cartográfica digital de inserção de atributos para tabulação e geração de dados georreferenciados, em um Sistema de Informações Geográficas (SIG). No processo de identificação e mapeamento, foram utilizadas imagens de satélite dos programas Google Earth e Google Maps, a partir da classificação do Plano Diretor Municipal (Vila Velha, 2018) que considera as praças como Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIPs).

Para a avaliação das praças, cada uma delas foi visitada, fotografada, filmada e, por meio da técnica de observação, os dados necessários para as análises foram coletados e compilados na ferramenta “QualificaURB”, ainda disponibilizada na Plataforma CognitoForms, visto que a coleta de dados e a avaliação foi realizada no ano de 2022. Esse recurso foi utilizado de forma a permitir a organização e armazenamento dos dados coletados e a comparação entre praças avaliadas. Por fim, foram elaborados gráficos e tabelas ilustrativas que auxiliaram no confronto das avaliações e na identificação de aspectos positivos e das fragilidades existentes.

Na sequência, será apresentada a ferramenta “QualificaURB” com suas categorias de análise, indicadores e parâmetros de avaliação, bem como os resultados e discussões referente a sua aplicação na avaliação das praças da Grande Cobilândia, Vila Velha-ES.

2 A FERRAMENTA QUALIFICAURB E SUAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A ferramenta “QualificaURB” (Ramos; Jesus; Conde, 2022) foi o método de avaliação utilizado nesta pesquisa. Essa vem sendo desenvolvida e utilizada, desde 2020, na avaliação de praças urbanas pelo Grupo de Pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão”, que inclui pesquisadores da Universidade Vila Velha e da Universidade Federal do Espírito Santo. Consiste em uma ferramenta analítico-classificatória que caracteriza, aponta e identifica aspectos de melhoria em praças urbanas.

A Ferramenta tem como referência o Índice de Caminhabilidade – iCam (ITDP Brasil, 2019), mediante adequações para o espaço público da praça, somados aos conceitos de Whyte (2004), presentes no Guia do Espaço Público (Heemann; Santiago, 2015) e de uma criteriosa revisão de literatura sobre o tema. Os

parâmetros de análise estão organizados em 4 (quatro) categorias – que serão apresentadas na sequência – são elas: “Proteção e segurança”, “Conforto e imagem”, “Acessos e conexões” e “Sociabilidade, usos e atividades”. Cada uma das categorias abrange agrupamentos de temáticas a serem avaliadas e são subdivididas em 9 (nove) atributos – entendido como “subcategorias” – que permitem maior especificidade e organização dos 25 (vinte e cinco) indicadores.

Os indicadores apresentam parâmetros de análise que permitem atribuir um nível de classificação. De acordo com a ferramenta “QualificaURB” (Ramos; Jesus; Conde, 2022), os indicadores apresentam parâmetros de análise os quais são associados à atribuição de um nível de classificação, a partir de uma pontuação unitária, que varia conforme o desempenho do indicador avaliado. A pontuações unitárias de cada indicador recebem notas de 0 (zero) a 3 (três), que correspondem, respectivamente, ao nível “insuficiente” e ao nível “ótimo” dos parâmetros avaliados, o que possibilita a classificação do indicador, mas também do atributo, da categoria e de cada praça. A Tabela 1 sintetiza a distribuição da pontuação e o nível de classificação correspondente.

Tabela 1: Classificação e pontuação atribuída na Ferramenta “QualificaURB”.

Pontuação 0 até 0,75	Pontuação 0,76 até 1,50	Pontuação 1,51 até 2,25	Pontuação 2,26 até 3,0
Insuficiente	Regular	Bom	Ótimo

Fonte: Autores, 2022.

A Categoria “Proteção e Segurança”

A categoria “Proteção e segurança” aborda elementos da morfologia urbana que contribuem para dois principais aspectos: a segurança viária do pedestre e a segurança pública no interior da praça e em seu entorno. Conforme o Quadro 1, apresenta 6 (seis) indicadores, organizados em 2 (dois) atributos: “Segurança viária” e “Segurança pública”.

No atributo “Segurança viária”, avaliam-se as vias no entorno das praças e as estratégias que possam garantir segurança ao pedestre que ali circulam, também aborda o cumprimento da norma NBR 9050:2020 no que compete à acessibilidade no trajeto até a praça. Nesta avaliação, consideram-se 2 (dois) indicadores: “Tipologia da rua” e “Travessias”.

Já no atributo “Segurança pública” são abordadas medidas essenciais de prevenção ao crime ou mesmo que minimizem a sensação de insegurança para os que usufruem do espaço da praça. Nesse contexto, são identificados 4 (quatro) indicadores, dois dos quais (nomeados como “Iluminação pública e vigilância” e “Morfologia da praça”) estão direcionados para o desenho do espaço, sua conformação, a infraestrutura existente e demais aspectos que possam tornar o espaço vulnerável. Os outros dois indicadores (denominados “Fachadas fisicamente permeáveis” e “Fachadas visualmente ativas”), reforçam a influência das edificações no perímetro da praça e sua contribuição para ampliar a sensação de segurança daqueles que ali convivem. Ressalta-se aqui, que a vigilância natural poderá ser gerada por aqueles que ali circulam, trabalham e/ou residem.

No Quadro 1, a seguir, estão discriminados os atributos e os indicadores da categoria “Proteção e segurança”, acompanhados por uma breve explicação dos indicadores e pela identificação das fontes cujos parâmetros foram adaptados, bem como o resumo do intervalo de classificação definido para a avaliação dos indicadores.

Quadro 1: Atributos e indicadores da categoria “Proteção e Segurança” e autores de referência.

Atributos	Indicadores / autores	Referências
A.1. SEGURANÇA VIÁRIA	<p>A.1.1. Tipologia das ruas</p> <p>A.1.1 Velocidade e tipologia da via Avalia-se a velocidade e a tipologia das vias ao redor da praça. O intervalo de classificação varia de vias exclusivas para pedestres, com velocidade máxima de 30 km/h (ótimo), até vias segregadas com velocidade superior a 60 km/h (insuficiente).</p> <p>A.1.1 Estratégias para redução de velocidade e proteção do pedestre Avaliam-se ao redor da praça, as estratégias para redução da velocidade dos carros tais como lombadas, plataforma, faixa de pedestre elevada, pavimentos texturizados etc. O intervalo de classificação varia de acordo com a existência, no perímetro da praça, de estratégias para redução de velocidade, sendo de 3 ou mais tipos de estratégias considerado “ótimo” e nenhuma “insuficiente”.</p> <p>A.1.2. Travessias Avalia-se a travessia situada na via de maior fluxo de veículos motorizados, garantindo a acessibilidade no local e o acesso seguro até a praça. O intervalo de classificação varia conforme a adequação da travessia aos requisitos de conforto e acessibilidade universal (rampa com inclinação adequada, presença de piso podotátil, largura da faixa de pedestre, tempo do semáforo e presença de sinais sonoros em travessias semaforizadas), sendo considerado “ótimo” quando há até 5 itens e “insuficiente” quando a travessia não apresenta nenhuma adequação.</p>	ABNT, 2020; Gehl, 2014; Brandão Alves, 2003; Araújo, 2007; Heemann e Santiago, 2015; Maciel, 2016; Reis e Lay, 2006
A.2. SEGURANÇA PÚBLICA	<p>A.2.1. Iluminação pública e vigilância Avalia-se a iluminação na praça e no seu entorno imediato (incluindo iluminação na altura do pedestre, iluminação das ruas do entorno, da travessia e a presença de obstruções por árvores ou lâmpadas quebradas), além de formas de vigilância existentes na praça (posto policial, ronda e/ou de vídeo monitoramento). O indicador é composto por diferentes estratégias, com pontuação variando entre 10 e 25 pontos. A soma total pode exceder 90 pontos (classificação “ótimo”) ou ficar abaixo de 50 pontos (classificação “insuficiente”).</p> <p>A.2.2. Morfologia da praça Avalia-se no perímetro e no interior da praça a existência de elementos construtivos, muros e outros obstáculos que possam obstruir a visibilidade, tornando o espaço mais suscetível a ações criminosas, aumentando a sensação de insegurança no local. O intervalo de classificação varia desde a ausência de obstáculos no interior da praça e ausência de muros e/ou elementos construtivos em seu perímetro (ótimo) até a presença de muros e/ou elementos construtivos sem acessos para a praça em mais da metade de seu perímetro (insuficiente).</p> <p>A.2.3. Fachadas fisicamente permeáveis Avalia-se, no entorno da praça, o número de entradas que possibilitam o acesso de pedestres às edificações. São exemplos: acessos de pedestres ao residenciais, lojas, comércios, serviços, etc. Resultados com 5 ou mais acessos a cada 100 metros de perímetro são classificados como “ótimo”, enquanto apenas 1 acesso a cada 100 metros é considerado “insuficiente”.</p> <p>A.2.4. Fachadas visualmente ativas Avalia-se, no entorno da praça, o número de aberturas situadas no térreo da edificação (janelas, vitrines de lojas etc.) que permitem a visibilidade da praça e dos seus usuários. O intervalo de classificação é calculado com base na porcentagem do perímetro visualmente ativo, sendo considerada “ótima” a condição com mais de 60% das fachadas e “insuficiente” quando o resultado é igual ou inferior a 20%.</p>	Gehl, 2014; De Angelis et al, 2004; Brandão Alves, 2003; Dorneles e Bins Ely, 2016; Heemann, Santiago, 2015; Maciel, 2016; ITDP Brasil, 2019

Fonte: Autores, 2022.

A Categoria “Conforto e Imagem”

Na categoria “Conforto e imagem” (Quadro 2), avaliam-se aspectos referentes à função estética, ambiental e ecológica da praça, a partir de elementos que contribuem para o bem-estar dos usuários. Tendo em vista que a praça é um local de permanência, socialização e lazer, verifica-se a demanda por atributos que propiciam ambiência e conforto, aspectos necessários para a construção de um sentimento de pertencimento ao local.

A categoria é organizada em 3 (três) atributos, subdivididos em 7 (sete) indicadores. O atributo “Ambiente” apresenta os indicadores “Coleta de lixo”, “Poluição sonora”, “Sombra e abrigo” e “Qualidade ambiental” que observam o estado de manutenção e limpeza da praça, bem como os níveis de ruídos e a presença de elementos construídos ou naturais que possibilitam proteção contra sol e chuva. O atributo “Áreas verdes” – através dos indicadores “Área de sombra de copa de árvore” e “Área permeável” - verifica a disponibilidade de cobertura vegetal na praça, com base na permeabilidade do solo e na presença de árvores que fornecem

sombrias. O atributo “Assentos” inclui as tipologias e possibilidades de “Espaços para sentar”, elementos esses considerados fundamentais para a qualidade e permanência nos espaços públicos. No Quadro 2, está ilustrada a organização dos atributos e indicadores da categoria “Conforto e imagem”, seguida de uma breve explicação dos indicadores, os intervalos de classificação estabelecidos e as fontes utilizadas para a definição e adaptação de cada um dos parâmetros de avaliação.

Quadro 2: Atributos e indicadores da categoria “Conforto e imagem” e os autores de referência.

CATEGORIA: CONFORTO E IMAGEM	Atributos	Indicadores/autores	Referências
	B.1 AMBIENTE	<p>B.1.1 Coleta de lixo Avalia-se a limpeza das praças, observando a quantidade e o estado de conservação das lixeiras, bem como a existência de locais com acúmulos de lixos e/ou entulhos. O intervalo de classificação varia desde a presença de um ambiente limpo e de iniciativas de conservação e limpeza na praça (ótimo) até a ausência de lixeiras e presença de acúmulo de lixo (insuficiente).</p> <p>B.1.2 Poluição sonora Avalia-se o nível de ruído das praças, tendo como referência níveis de intensidade sonora para o ambiente urbano recomendados pela Organização Mundial de Saúde. O intervalo de classificação varia desde níveis de ruído menor ou igual a 55 dB (ótimo) até o nível de ruídos detectados na praça com valores superiores a 80 dB (insuficiente).</p> <p>B.1.3 Sombra e abrigo Avalia-se a porcentagem de área da praça que apresenta elementos de proteção contra sol e chuva. Porcentagem considerada varia de 70% (ótimo) a valores inferiores a 25% (insuficiente).</p> <p>B.1.4 Qualidade estética Avalia-se a qualidade estética e o estado de conservação, bem como a existência de sinais de vandalismo. O intervalo de classificação considera o grau de conservação e a presença de vandalismo, sendo praças bem cuidadas e com elementos paisagísticos melhor avaliadas (ótimo) e aquelas com sinais de abandono, pior avaliadas (insuficiente).</p>	Brandão Alves, 2003; Dorneles; Bins Ely, 2006; Cowan, 2001; De Angelis; Castro; Neto, 2004; Heeman; Santiago, 2019; ITDP Brasil, 2019; Jacobs 2000; Lynch, 1997; Maciel, 2016; Mora, 2009; Newman, 1972; Whyte, 2004
	B.2 ÁREAS VERDES/ COBERTURA VEGETAL	<p>B.2.1 Área de sombra de copa de árvore Avalia-se a porcentagem de área de sombra da praça projetadas por árvores, ou seja com sombreamento arbóreo. Porcentagem considerada varia de 70% (ótimo) a valores inferiores a 25% (insuficiente).</p> <p>B.2.2 Área permeável Avalia-se a porcentagem de área permeável da praça. A porcentagem considerada no indicador varia de mais de 30% (ótimo) de permeabilidade do solo a valores inferiores a 10% (insuficiente).</p>	Araujo, 2007; Cowan, 2001; De Angelis; Castro; Heeman; Santiago, 2019; ITDP Brasil, 2019; Mora, 2009
	B.3 ESPAÇOS PARA SENTAR	<p>B.3.1 Espaços para sentar Avaliam-se as oportunidades para sentar, considerando a quantidade, tipologia e material dos assentos. O intervalo varia conforme o número de assentos por 11 m² e o tipo de material. Praças com no mínimo 1 assento a cada 11 m², em madeira ou concreto, recebem classificação “ótimo”. Ausência de assentos resulta em classificação “insuficiente”.</p>	New York, 2018; Whyte, 2004.

Fonte: Autores, 2022.

A Categoria “Acessos e Conexões”

A terceira categoria “Acessos e Conexões” discute o quanto as praças são acessíveis ao indicar as possibilidades de acesso até ela, e se a largura e a pavimentação dos percursos permitem a circulação de pessoas com acessibilidade e segurança, além de verificar se os equipamentos da praça garantem a entrada e o uso por pessoas com deficiência (PCD) e/ou mobilidade reduzida. Conforme ilustrado no Quadro 3, essa categoria é composta por 6 (seis) indicadores, organizados em 2 (dois) atributos: “Mobilidade” e “Percursos e Equipamentos”.

No atributo “Mobilidade”, avaliam-se as possibilidades de se chegar até a praça, considerando 3 (três) indicadores: “Distância a pé ao transporte público” - que verifica a disponibilidade de pontos de ônibus nas proximidades da praça -, o indicador “Incentivos ao uso da bicicleta” - que analisa se as intermediações das praças são acessíveis por ciclorrotas e se existem estímulos ao uso de mobilidade ativa, a partir da presença de paraciclos ou estações de uso compartilhado de bicicleta e, por fim, o indicador “Conectividade da praça” que considera a quantidade de percursos conectados ao espaço e que conduzem até a praça, destacando sua integração com o entorno.

O atributo “Percursos e Equipamentos” avalia três indicadores: “Largura dos percursos”, “Pavimentação da praça” e “Equipamentos acessíveis”. Nesse contexto, verificam-se, com base na NBR 9050 (ABNT, 2020), se os espaços de circulação e permanência possuem pavimentação regular, e se a largura dos percursos

comporta o fluxo de pedestres. Adicionalmente, são analisados se todos os equipamentos disponíveis na praça garantem o acesso e uso também por pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 3, com a identificação dos atributos e indicadores da categoria “Acessos e conexões”, a discriminação das fontes utilizadas para a definição e adaptação de cada indicador, bem como uma breve explicação de cada um deles, incluindo critérios para a classificação do indicador.

Quadro 3: Atributos e indicadores da categoria “Acessos e conexões” e os autores de referência.

Atributos	Indicadores	Referências
C.1 MOBILIDADE	C.1.1 DISTÂNCIA A PÉ AO TRANSPORTE PÚBLICO Avalia-se a distância máxima a pé até uma estação de transporte público. A distância considerada na avaliação varia de zero, ou seja, nenhuma estação de transporte público localizada no perímetro da praça (ótimo) até distâncias superiores a 400m (insuficiente).	Gehl, 2014; Heemann; Santiago, 2015 ; ITDP Brasil, 2019; Jacobs, 2011; Maciel, 2016; Mora 2009; Whyte, 2004.
	C.1.2 INCENTIVO AO USO DA BICICLETA Avalia-se a existência de ciclovia e/ou ciclorrota no entorno da praça e a presença de sistema de compartilhamento de bicicletas (<i>bikeshare</i>) e/ou paraciclo. A classificação varia conforme a presença de ciclorrota/ciclovia e paraciclo/ <i>bike share</i> no perímetro da praça (ótimo) até a ausência desses equipamentos dentro de um raio de 400 metros (insuficiente).	
	C.1.3 CONECTIVIDADE DA PRAÇA Avaliam-se os percursos entre quadras conectadas à praça, ou seja a quantidade de ruas que dão acesso à praça, independente do sentido do fluxo. Praças com 8 ou mais percursos de chegada recebem classificação “ótimo”, e aquelas com menos de 4 percursos de chegada são classificadas como “insuficiente”.	
C.2 PERCURSOS E EQUIPAMENTOS	C.2.1 LARGURA DOS PERCURSOS Avalia-se a largura dos percursos, se esses são exclusivos para pedestres, se comportam o fluxo de pedestres na praça no que tange a largura. Neste indicador, avalia-se a largura das rotas de acesso aos equipamentos existentes. Quando entre 80% e 100% dessas rotas possuem largura superior a 1,50 metro, a classificação é “ótimo”; quando menos de 40% atendem a essa medida, a classificação é “insuficiente”.	ABNT, 2020; Araújo, 2007; De Angelis; Castro; Neto, 2004; Dorneles; Bins Ely, 2006; Gehl, 2014; Heemann; Santiago, 2015; ITDP Brasil, 2019; Maciel, 2016; Reis; Lay, 2006.
	C.2.2 PAVIMENTAÇÃO DOS PERCURSOS Avaliam-se a qualidade da pavimentação dos espaços de permanência e circulação, ou seja, se são pavimentados, possuem regularidade e/ou apresentam buracos ou desniveis. Quando entre 80% e 100% das rotas de acesso possuem pavimentação regular, a classificação é “ótimo”; quando menos de 40% atendem a essa exigência, considera-se “insuficiente”. Praças históricas, com assentamento regular em pedra portuguesa, são analisadas de forma isolada.	
	C.3.3 EQUIPAMENTOS ACESSÍVEIS Avalia-se a existência de equipamentos e mobiliários acessíveis para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência e /ou mobilidade reduzida. Neste indicador, avalia-se a percentagem desses equipamentos. Quando entre 80% e 100% desses equipamentos são acessíveis, a classificação é “ótimo”; quando menos de 40% atendem a esse critério, a classificação é “insuficiente”.	

Fonte: Autores, 2022.

A Categoria “Sociabilidade, Usos e Atividades”

Visando diagnosticar o ambiente da praça e sua relação com o entorno e seus usuários, os quais influenciam diretamente na apropriação da praça, a categoria “Sociabilidade, usos e atividades” é composta por 6 (seis) indicadores, sendo 4 (quatro) deles relacionados ao atributo “Atração” e 2 (dois) deles ao atributo “Equipamentos e atividades”. A análise dos indicadores relativos aos atributos “Atração” e “Equipamentos e atividades” é pertinente à vivacidade da praça. Verifica-se a diversidade e o estado de conservação de equipamentos fixos e serviços; as atividades e apropriações comunitárias existentes, bem como realiza-se o levantamento do uso do solo predominante nas quadras do entorno.

O atributo “Atração” é composto por indicadores que analisam os espaços e as possibilidades de atividades para os diversos públicos – crianças, adultos e idosos - disponíveis na praça e no seu entorno imediato, que são: “Espaços para brincar”; “Equipamentos comunitários”; “Atividades que incluem idosos”; e “Uso do solo”. Ressalta-se que o indicador “Espaço para brincar” divide-se em (4) quatro “subindicadores”, que se referem, especificamente, às características do espaço da área infantil e seus equipamentos. Esses possuem a pontuação dividida por quatro, a fim de que o indicador “Espaço para brincar” mantenha o peso em relação aos demais indicadores relacionados ao atributo “Atração”.

O atributo “Equipamentos e atividades” (Quadro 4) avalia as atividades comerciais e de serviços realizadas na praça, além das apropriações comunitárias, por meio dos indicadores “Equipamentos fixos e serviços no interior da praça” e “Atividades e apropriações comunitárias”.

Quadro 4: Atributos e indicadores da categoria “Sociabilidade, usos e atividades” e os autores de referência.

Atributos	Indicadores	Referências
D.1 ATRAÇÃO	<p>D.1.1 Espaço para brincar Localização do espaço para brincar Identifica-se em que local da praça o espaço para brincar está localizado e se ele possui cercamento para proteção das crianças. <i>Playgrounds</i> localizados em áreas centrais e com cercamento são melhores pontuados (ótimo), enquanto aqueles sem cercamento e situados nas extremidades da praça são classificados como “insuficiente”.</p> <p>Material do Piso Identifica-se o tipo do material de piso existente no espaço para brincar. São priorizados pisos emborrachados ou similares (ótimo), e desencorajado o uso de pavimentos asfálticos, intertravados ou equivalentes (insuficiente).</p> <p>Material dos brinquedos infantis Identifica-se o principal tipo de material dos brinquedos. Prioriza-se o uso de brinquedos feitos com plástico rotomoldado (classificação “ótimo”), em detrimento de materiais como o metal (classificação “insuficiente”).</p> <p>Estado de conservação dos brinquedos Avalia se os brinquedos existentes estão em adequado estado de conservação e apropriado para o uso. Considera-se a presença de 3 ou mais brinquedos adequados para uso como o critério para alcançar a pontuação máxima (ótimo), enquanto a ausência de brinquedos resulta na menor classificação (insuficiente).</p> <p>D.1.2 Equipamentos comunitários Identifica-se a quantidade de equipamentos comunitários localizados no interior da praça ou em vias que interceptam a praça até o limite das quadras no seu entorno. São considerados equipamentos urbanos comunitários, os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Considera-se a presença de 3 ou mais equipamentos comunitários no entorno imediato da praça como critério para alcançar a pontuação máxima (ótimo), enquanto a ausência desses equipamentos resulta na menor classificação (insuficiente).</p> <p>D.1.3 Atividades que incluem os idosos Avalia-se e identifica-se a quantidade de atividades e/ou equipamentos/mobiliários que incluem idosos que acontecem na praça e se estão em adequado estado de conservação e sombreamento. A presença de 2 ou mais desses equipamentos são classificados como “ótimo” e a ausência dos mesmos são classificados como “Insuficiente”.</p> <p>D.1.4 Uso do solo Identifica-se o uso predominante nas quadras do entorno imediato da praça (uso residencial, comercial e misto). Prioriza-se, neste indicador, a presença de uso misto com atividades comerciais durante os períodos diurno e noturno (classificação “ótimo”), sendo a predominância de vazios urbanos considerada o pior cenário (classificação “insuficiente”).</p>	Brandão Alves, 2003; De Angelis; Castro; Neto, 2004; Gehl, 2014; Maciel, 2016
D.2 EQUIPAMENTOS E ATIVIDADES	<p>D. 2.1. Equipamentos fixos e serviços no interior da praça Identifica-se a quantidade de equipamentos fixos e de serviços no interior da praça e avalia se estão em bom estado de conservação. Neste indicador, considera-se a presença de 5 ou mais equipamentos ou serviços como a melhor classificação (ótimo), e de 2 ou menos como a pior classificação (insuficiente).</p> <p>D. 2.2. Atividades e apropriações comunitárias Identifica-se a quantidade de apropriação comunitária que acontece na praça. Considera-se neste indicador a diversidade e não a quantidade de uma mesma atividade e/ou apropriação comunitária. Assim, neste indicador, considera-se a presença de 3 ou mais formas de apropriação da praça como a melhor classificação (ótimo), e a ausência de atividades e apropriações como a pior situação (insuficiente).</p>	Araújo, 2007; Brandão Alves, 2003; Campos, 2015; De Angelis; Castro; Neto, 2004; Dorneles; Bins Ely, 2006; Gehl, 2014; ITDP Brasil, 2019; Maciel, 2016

Fonte: Autoras, 2022.

O Quadro 4 discrimina atributos e indicadores da categoria “Sociabilidade, Usos e Atividades”, com uma breve explicação dos indicadores, os intervalos de classificação (melhor e pior classificação) e identificação das fontes cujos parâmetros de análise foram adaptados.

Destaca-se ainda que a ferramenta "QualificaURB" foi inicialmente desenvolvida na plataforma gratuita *CognitoForms*. No entanto, devido a algumas limitações em termos de funcionalidades, no ano de 2024, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), foi realizada a migração para uma versão digital, disponível, desde março de 2025, como plataforma web e aplicativo para iOS e Android (<https://www.qualificaurb.com.br/>). Essa transição teve como objetivo tornar a ferramenta mais segura e eficiente, tanto na coleta quanto no armazenamento e análise dos dados. Além disso, buscou-se ampliar seu alcance para abranger outros contextos urbanos, garantindo replicabilidade e possibilitando comparações futuras entre os resultados obtidos.

Figura 1: Ilustração do Aplicativo iOS e Android da ferramenta “QualificaURB”



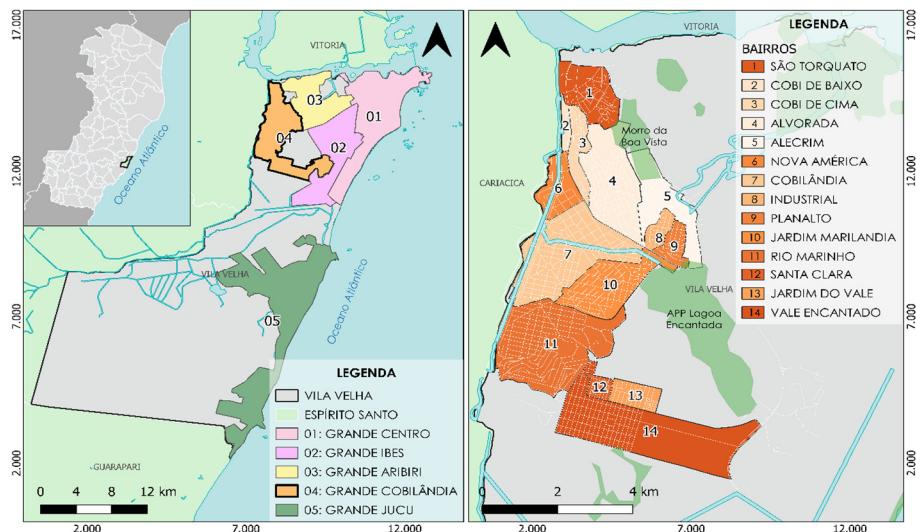
Fonte: Aplicativo “QualificaURB”, 2024.

3 A REGIONAL GRANDE COBILÂNDIA

O município de Vila Velha, estado do Espírito Santo, segundo IBGE (2022) possui 467.722 habitantes e ocupa uma área de 209.965 km² (IBGE, 2010). A cidade é dividida em 5 regiões administrativas e a presente pesquisa tem como recorte espacial a Regional 4 - Grande Cobilândia (evidenciada na Figura 2), com uma população de cerca de 65.970 habitantes (IBGE, 2010). A Regional 4 destaca-se por seu contexto de vulnerabilidade social e ambiental, com uma renda per capita média simples de 2 salários mínimos (IBGE, 2010), quase toda a sua extensão cortada por canais e um adensamento populacional em áreas inclinadas e/ou alagáveis. Tais fatores, somados à impermeabilização do solo, dificultam a drenagem pluvial, causando frequentes históricos de alagamentos.

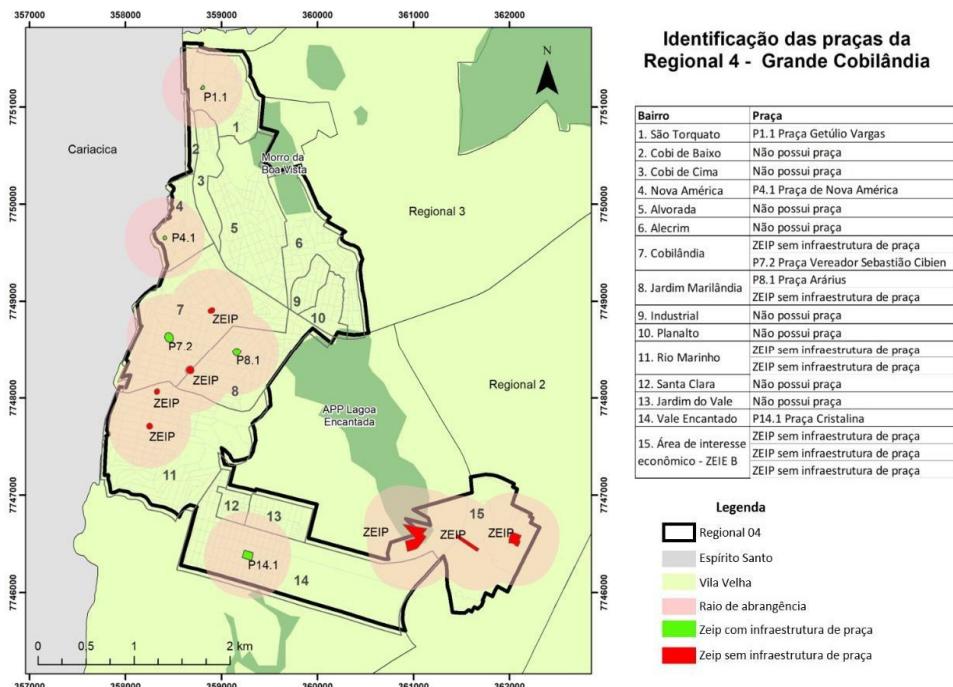
O Plano Diretor Municipal (Vila Velha, 2018) indica, na Regional 4 - Grande Cobilândia, a presença de 12 (doze) Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIPs)¹. Entretanto, após as visitas, verificou-se que apenas 5 (cinco) delas apresentavam infraestrutura de praça. A Figura 3 ilustra, no contexto da Regional, a distribuição das ZEIPs, evidenciando as praças em verde e as ZEIPs sem infraestrutura de praça, em vermelho.

Figura 2: À esquerda, mapa com localização da Regional 4 - Grande Cobilândia. À direita, mapa com a divisão dos bairros



Fonte: Autores, 2022.

Figura 3: Identificação e mapeamento das praças da Regional Grande Cobilândia.



Fonte: Autores, 2022.

Nota-se uma distribuição não homogênea das praças, com uma maior concentração delas nos bairros mais consolidados da Grande Cobilândia, originados por um processo de parcelamento urbano. Observa-se que muitos bairros não são contemplados por praças, quando se considera um raio de atendimento à população de 400 metros², o que evidencia a necessidade de ampliar oferta de espaços livres públicos nesta regional, visando garantir um atendimento mais equitativo à população.

4 APLICAÇÃO DA FERRAMENTA “QUALIFICAURB” PARA AVALIAÇÃO DAS PRAÇAS DA GRANDE COBILÂNDIA

Após a identificação e mapeamento das praças da Grande Cobilândia, cada uma delas foi avaliada, conforme parâmetros estabelecidos na ferramenta “QualificaURB”. A Tabela 2 apresenta os resultados da avaliação por praça, considerando todas as categorias avaliadas, além da média final de cada categoria e a média final da Regional. As praças da Grande Cobilândia receberam classificação geral de nível “regular” (pontuação

1,36), assim como a média final das categorias “Proteção e segurança” (pontuação 1,17), “Conforto e imagem” (pontuação 1,22) e “Sociabilidade, usos e atividades” (pontuação 1,34), enquanto a única categoria a receber classificação “Bom” foi “Acessos e conexões” (pontuação 1,70).

Conforme evidenciado na Tabela 2, apenas 2 (duas) praças (Álvaro Rocha e Sebastião Cibien) receberam classificação “Bom” na avaliação final, sendo as categorias “Acessos e conexões” e “Sociabilidade, usos e atividades” foram aquelas que obtiveram melhor desempenho. As praças Arárius e Getúlio Vargas receberam classificações gerais “Regulares” (pontuação 1,08 e 1,03 respectivamente), enquanto a Praça Maria Lima Campos recebeu classificação “insuficiente” (pontuação 0,73 pontos) em quase todas as categorias, demonstrando a urgência de ações para requalificar o local, em especial no que tange aos equipamentos e demais atrativos para melhorar os usos na praça.

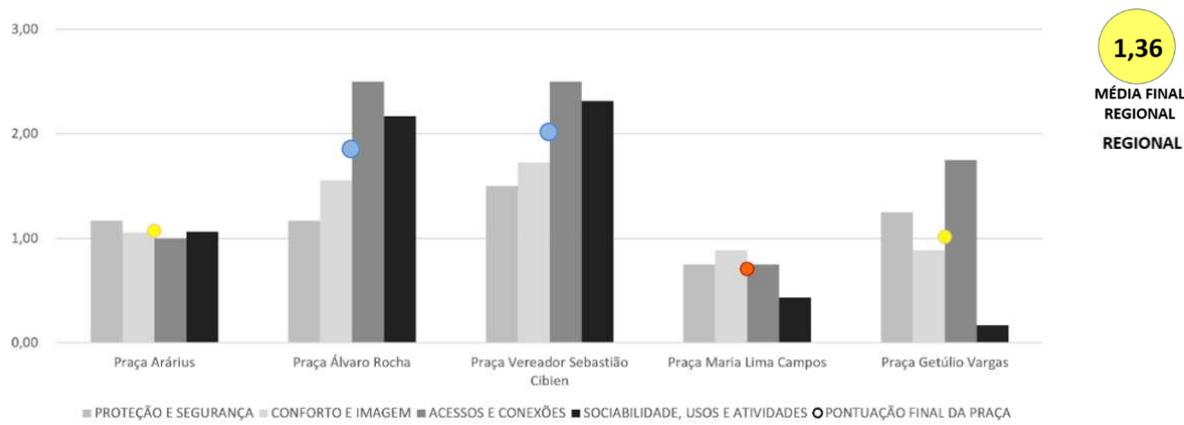
Tabela 2: Resultado da avaliação geral das praças da Grande Cobilândia

Avaliação das Praças da Regional Grande Cobilândia						
BAIRROS	Jardim Marilândia	Vale Encantado	Cobilândia	Nova América	São Torquato	MÉDIA FINAL
PRAÇA / CATEGORIA	Praça Arárius (P8.1)	Praça Álvaro Rocha (P14.1)	Praça Sebastião Cibien (P7.2)	Praça Maria Lima Campos (P4.1)	Praça Getúlio Vargas (P1.1)	
Proteção e segurança	1,17	1,17	1,50	0,75	1,25	1,17 (regular)
Conforto e imagem	1,06	1,56	1,72	0,89	0,89	1,22 (regular)
Acessos e conexões	1,00	2,50	2,50	0,75	1,75	1,70 (bom)
Sociabilidade, usos, atividades	1,09	2,25	2,59	0,53	0,25	1,34 (regular)
PONTUAÇÃO FINAL PRAÇA	1,08 (regular)	1,87 (bom)	2,08 (bom)	0,73 (insuficiente)	1,03 (regular)	1,36 (regular)

Fonte: Autores, 2022.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a média por categoria de cada praça analisada, além da média final da pontuação das praças, representadas pelo círculo colorido. Observa-se uma disparidade das notas das praças por categorias, variando entre classificações “insuficiente” a “ótimo”.

Gráfico 1: Gráfico em barras ilustrando a avaliação por categoria e média final das praças da Grande Cobilândia.



Fonte: Autores, 2022.

A Categoria “Proteção e segurança”

A categoria de “Proteção e segurança” - que verifica elementos da segurança viária e da morfologia urbana que contribuem para a proteção física e a prevenção do crime na praça - está entre as piores avaliações. Como observado na Tabela 2, das praças analisadas, 4 (quatro) delas receberam classificação “regular” e uma “insuficiente” (Praça Maria Lima Campos). O gráfico 2 ilustra o desempenho de cada indicador desta categoria, considerando a média das praças analisadas. Aqueles indicadores mais bem pontuados

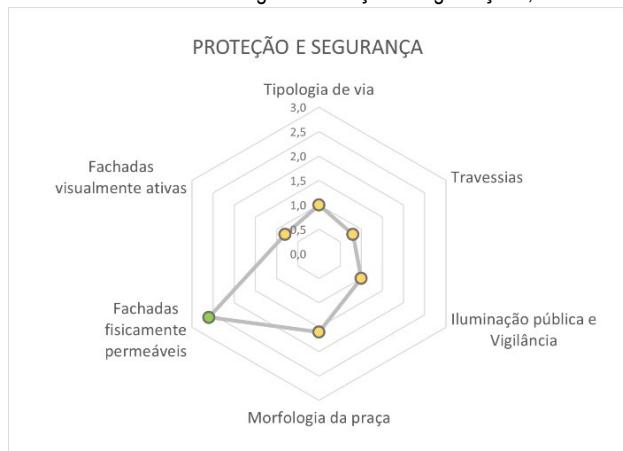
equivalente a (nota 3,0), encontram-se nas extremidades do polígono, também conhecido como gráfico radar, e os que possuem menor pontuação, mais próximos ao centro (equivalente a nota 0,0).

No que tange a “Segurança viária”, 4 (quatro) das 5 (cinco) praças foram classificadas como “regular”, apontando que as “Travessias” que conectam as praças carecem de sinalização podotátil e de rampa com inclinação adequada e, portanto, inseguras ao pedestre, além de apresentarem “Tipologias das vias” perimetrais com velocidades superiores ou igual a 40 km/h. Destaque para a Praça Getúlio Vargas – avaliada como “insuficiente” - essa localizada em um espaço residual da malha viária, rodeada por um fluxo intenso de veículos motorizados, o que prejudica a segurança viária e consequente uso e apropriação do espaço. No que se refere ao atributo “Segurança pública”, o indicador “Iluminação pública e vigilância” foi classificado como “regular”, evidenciando a necessidade de investimentos não apenas em policiamento e equipamentos de segurança, mas também na melhoria da iluminação da praça e de seu entorno. A presença de uma iluminação adequada está diretamente associada à segurança urbana e à vigilância natural, uma vez que contribui para a inibição de práticas criminosas — aspecto destacado por Jacobs (2011) e Gehl (2014). Em contrapartida, observou-se a presença de câmeras de monitoramento, postos policiais e rondas policiais em 3 (três) das 5 (cinco) praças analisadas.

No indicador “Morfologia da praça”, avaliam-se elementos que obstruem a visualização completa no interior da praça, visto que muros altos e construções podem criar zonas “cegas” e prejudicar a segurança no local. A Praça Getúlio Vargas recebeu classificação “ótimo” nesse indicador por não possuir muros e/ou elementos construtivos sem acessos para a praça em mais da metade de seu perímetro. A Praça Maria Lima Campos foi classificada como “bom” e as demais praças receberam classificação “regular” neste indicador, já que foram observados obstáculos visuais em seu perímetro e no interior da praça, elementos esses que dificultam o contato visual e a vigilância natural, com consequente aumento da sensação de insegurança no local.

A tipologia das fachadas dos edifícios existentes no entorno das praças também pode contribuir para aumentar ou diminuir a sensação de segurança do local, visto que fachadas ativas propiciam a permeabilidade visual (Gehl, 2014) e a vigilância natural também chamada por Jacobs (2000) de “olhos na rua”. Apesar do indicador “Fachadas fisicamente permeáveis” ter recebido, em quase todas as praças, classificação “ótimo”, o indicador “Fachadas visualmente ativas” recebeu classificação “regular” à “insuficiente”. Tais características evidenciam que as praças da Grande Cobilândia estão situadas em regiões predominantemente residenciais, com entorno pouco diversificado. Destaca-se que a presença de edificações sem recuos laterais e frontais, implantadas em lotes com pequenas testadas e múltiplas entradas auxiliam na permeabilidade urbana e, consequentemente, na vigilância natural.

Gráfico 2: Gráfico radar ilustrando a média da avaliação dos indicadores da categoria “Proteção e segurança”.^{6,5}



Fonte: Autores, 2022.

Gráfico 3: Gráfico radar ilustrando a média da avaliação dos indicadores da categoria “Conforto e Imagem”.



Fonte: Autores, 2022.

Conforto e Imagem das praças da Grande Cobilândia

Conforme apresentado, a categoria “Conforto e imagem” verifica a situação do ambiente da praça e sua relação com a qualidade ambiental e a paisagem urbana. Na avaliação geral com ênfase nesta categoria, o conjunto das praças da Grande Cobilândia obteve um desempenho considerado “regular”, conforme observado na Tabela 2. Apenas 2 (duas) praças (Álvaro Rocha e Sebastião Cibien) receberam classificação

“bom”, as restantes receberam classificação “regular”. O Gráfico 3 apresenta o resultado médio por indicadores das praças analisadas.

Ao avaliar o indicador “Coleta de lixo” – que considera a limpeza da praça, a quantidade e o estado de conservação das lixeiras, bem como a presença de acúmulos de lixos e/ou entulhos - a maioria das praças recebeu desempenho “bom”. Apesar da falta e do mau estado de conservação das lixeiras, as praças são agradáveis e limpas, o que indica que o serviço de limpeza urbana tem funcionado regularmente, conforme observado na Figura 4.

Na avaliação do indicador “Poluição sonora”, apenas uma praça (Maria Lima Campos) recebeu classificação “ótimo”, com níveis de intensidade sonora inferiores a 55 dB, conforme recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para ambientes urbanos. A praça Maria Lima Campos situa-se em um bairro exclusivamente residencial, circundado por vias locais de baixo fluxo de veículos. A OMS ainda indica que espaços urbanos com intensidades sonoras superiores a 80dB, juntamente com outros fatores, podem estimular comportamentos agressivos (ITDP Brasil, 2019). A única praça da Regional que não atende tal exigência é a Praça Getúlio Vargas classificada como “insuficiente”, com nível de ruído maior que 80dB, visto que o espaço funciona como uma rotatória, situada em uma via de fluxo intenso de veículos, próxima a um terminal de ônibus (Figura 4).

Figura 4: Estado de conservação e limpeza da Praça Sebastião Cibien (à esquerda) e Getúlio Vargas (à direita).



Fonte: Autores, 2022.

Ressalta-se que as praças da Grande Cobilândia são escassas de elementos sombreadores, o que resultou na classificação “regular” no indicador “Sombra e abrigo”, representando que apenas 25% a 50% da área das praças possuem elementos de proteção contra sol e chuva. Sobre os indicadores “Áreas de sombra de copa de árvore” e “Áreas permeáveis” – que avaliam o percentual de sombreamento arbóreo e o percentual da superfície da praça que permite a permeabilidade do solo, respectivamente - quase todas as praças foram avaliadas como “regular”. Destaque para a Praça Ararius que recebeu classificação “insuficiente” no indicador “Áreas de sombra de copa de árvore”, com menos de 25% da área da praça sombreada por vegetação arbórea (ver Figura 5). As demais praças receberam classificação “regular” (Álvaro Rocha, Maria Lima Campos e Getúlio Vargas), com exceção da Praça Sebastião Cibien, classificada como “bom” no indicador “Área permeável”, apresentando cerca de 30% da sua superfície revestida com materiais permeáveis.

Figura 5: Escassez de áreas de sombra e permeáveis na Praça Álvaro Rocha (à esquerda) e Arárius (à direita).



Fonte: Autores, 2022.

O último indicador avaliado dessa categoria, “Espaços para sentar”, verifica a tipologia e a quantidade de assentos distribuídos pelas praças, levando em consideração o material, o comprimento e a quantidade de mobiliários/espaços para sentar presentes no local. Os parâmetros de avaliação deste indicador tiveram como referência o *City Planning Website Survey da Cidade de Nova Iorque* (New York, 2018), com adequações para a realidade da Grande Vitória³. Nesse sentido, uma praça com desempenho “ótimo” apresentaria uma relação igual ou superior a 1 assento para cada 11m² de praça, com material predominante dos bancos de madeira. Na avaliação, 2 (duas) praças receberam a classificação “bom” com resultado igual ou maior que 1 assento para cada 11 m² de praça, com material predominante sendo o concreto, e outras duas praças receberam classificação “regular”. Apenas uma praça (Maria Lima Campos) foi classificada como “insuficiente”, com indisponibilidade de espaços para sentar, prejudicando, assim, a permanência de pessoas na praça.

Acessos e conexões das praças da Grande Cobilândia

A categoria “Acessos e conexões” - que discute o quanto as praças são acessíveis considerando a largura e a pavimentação dos percursos, bem como as possibilidades de acesso até a praça - recebeu a classificação “bom” (nota 1,70). Esta foi a categoria mais bem avaliada no conjunto geral das praças da Grande Cobilândia. Duas praças receberam avaliação “ótimo” (Álvaro Rocha e Sebastião Cibien), uma delas “bom” (Getúlio Vargas), uma “regular” (Arárius) e a outra “insuficiente” (Maria Lima Campos). Apesar da disparidade dos resultados, em quase todas as praças, a categoria “Acessos e conexões” destaca-se como a mais bem avaliada. O Gráfico 4 apresenta a pontuação média dos indicadores da categoria.

Conforme destacado no Gráfico 4, “Distância a pé ao transporte público” foi o indicador com a melhor avaliação, visto que as praças possuem pontos de ônibus nas proximidades, sinalizando que podem ser acessadas também por transporte público. No indicador “Incentivo ao uso da bicicleta”, 2 (duas) praças (Arárius e Maria Lima Campos) receberam classificação “insuficiente” já que ambas não possuem paraciclos e não são acessíveis por ciclovias ou ciclorrotas. As outras 3 (três) praças (Álvaro Rocha, Sebastião Cibien e Getúlio Vargas), apesar de não possuírem sistema de bicicletas compartilhadas, atendem aos demais parâmetros avaliados e, portanto, receberam classificação “bom” nesse indicador.

No que tange ao indicador “Largura dos percursos”, 3 (três) praças (Arárius, Maria Lima Campos e Getúlio Vargas) foram classificadas como “insuficiente”, pois a largura dos percursos que conduzem aos principais equipamentos da praça é inferior a 1,50 metros. As outras duas praças (Álvaro Rocha e Sebastião Cibien) receberam classificação “ótimo” por apresentarem largura dos percursos superior a 2 metros, que permite adequadamente a circulação dos pedestres.

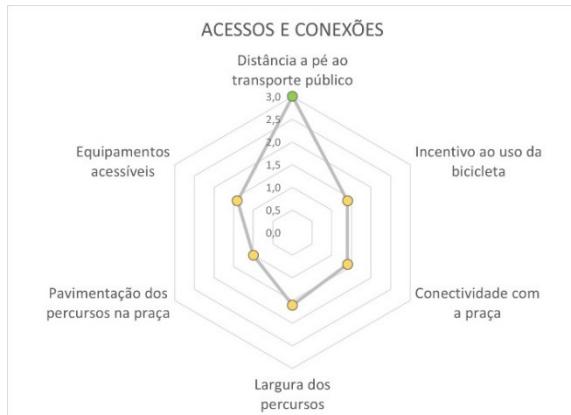
No indicador “Pavimentação da praça”, além da regularidade da pavimentação, verifica-se a presença de desniveis e buracos nos espaços de circulação e permanência que comprometem a acessibilidade da praça. Uma das praças (Maria Lima Campos) foi classificada como “insuficiente”, com ausência de pavimentação regular, o que compromete o uso por cadeirantes, idosos ou demais pessoas com mobilidade reduzida. A Praça Árarius recebeu classificação “regular”, pois apesar de ser pavimentada, apresenta buracos ou desniveis nos principais percursos, em especial devido à falta de manutenção da praça.

As demais praças (Álvaro Rocha, Sebastião Cibien e Getúlio Vargas) receberam classificação “bom” pois foram observadas poucas irregularidades na pavimentação. Observa-se que nessa categoria, as piores avaliações estão relacionadas à acessibilidade dos percursos e a falta de equipamentos e mobiliários acessíveis, evidenciando a necessidade de espaços mais acessíveis e inclusivos para que toda a população possa usufruir das praças.

Sociabilidade, Usos e Atividades da Grande Cobilândia

Na avaliação das praças, a categoria “Sociabilidade, usos e atividades” - que observa as apropriações, equipamentos e atividades que influenciam diretamente nas condições de apropriação e vivência na praça - recebeu classificação “regular”. Observa-se uma variação nos resultados das avaliações entre as praças, com destaque para a Praça Álvaro Rocha e a Praça Sebastião Cibien que receberam conceitos “bom” e “ótimo”, respectivamente, e a Praça Maria Lima Campos e a Praça Getúlio Vargas com desempenho “insuficiente” nessa categoria. O Gráfico 5, apresenta o resultado da avaliação das praças pelos indicadores dessa categoria.

Gráfico 4: Gráfico radar ilustrando a média da avaliação dos indicadores da categoria “Acessos e Conexões”.



Fonte: Autores, 2022

Gráfico 5: Gráfico radar ilustrando a média da avaliação dos indicadores da categoria “Sociabilidade, usos e atividades”.



Fonte: Autores, 2022

Duas praças (Getúlio Vargas e Maria Lima Campos) receberam classificação “insuficiente” no indicador “Espaços para brincar” por não possuírem nenhum local específico para o público infantil. Em contrapartida, duas praças (Álvaro Rocha e Sebastião Cibien) obtiveram a classificação “ótimo” em virtude da localização central dos *playgrounds* e por estarem devidamente protegidos, garantindo segurança das crianças que utilizam o espaço. Em relação ao “Material do piso”, todas as praças que possuem espaços para brincar receberam classificação “regular”, devido a presença da areia, material não indicado pois além de não ser acessível, é insalubre e pode ocultar materiais cortantes, representando um potencial risco à segurança dos usuários.

Em relação ao “Material dos brinquedos”, duas praças receberam classificação “bom” (Ararius e Álvaro Rocha), com brinquedos predominantes em madeira. Uma praça (Sebastião Cibien) recebeu classificação “insuficiente” por apresentar brinquedos em metal, que além da dureza ao risco de acidentes, quando exposto ao sol absorve calor, impossibilitando o uso durante grande parte do dia. Destaque para a Praça Sebastião Cibien que apesar do material dos brinquedos não ser o mais apropriado ao uso, recebeu classificação “ótima” no “Estado de conservação dos brinquedos”.

Na análise do segundo indicador, foram contabilizados os “Equipamentos comunitários”, tanto no interior da praça quanto nas suas imediações. Três praças foram classificadas como “regular” (Álvaro Rocha, Maria Lima Campos e Getúlio Vargas), apresentando apenas um equipamento comunitário, e duas delas (Ararius e Sebastião Cibien) receberam classificação “bom”, com 2 (dois) equipamentos comunitários situados na praça e/ou no seu perímetro. Destaque para os equipamentos institucionais religiosos que estavam presentes no interior ou no perímetro de todas as praças analisadas.

Em “Atividades que incluem os idosos” – que verifica os equipamentos e as atividades direcionadas a esse público, tais como: academia popular, mesa de jogos, campo de bocha, pista para caminhada etc. Duas praças (Maria Lima Campos e Getúlio Vargas) receberam classificação “insuficiente” por não possuírem nenhuma dessas atividades. A praça Ararius recebeu classificação “regular” e duas praças (Álvaro Rocha e Sebastião Cibien) conceito “bom”, por apresentarem atividades que incluem idosos.

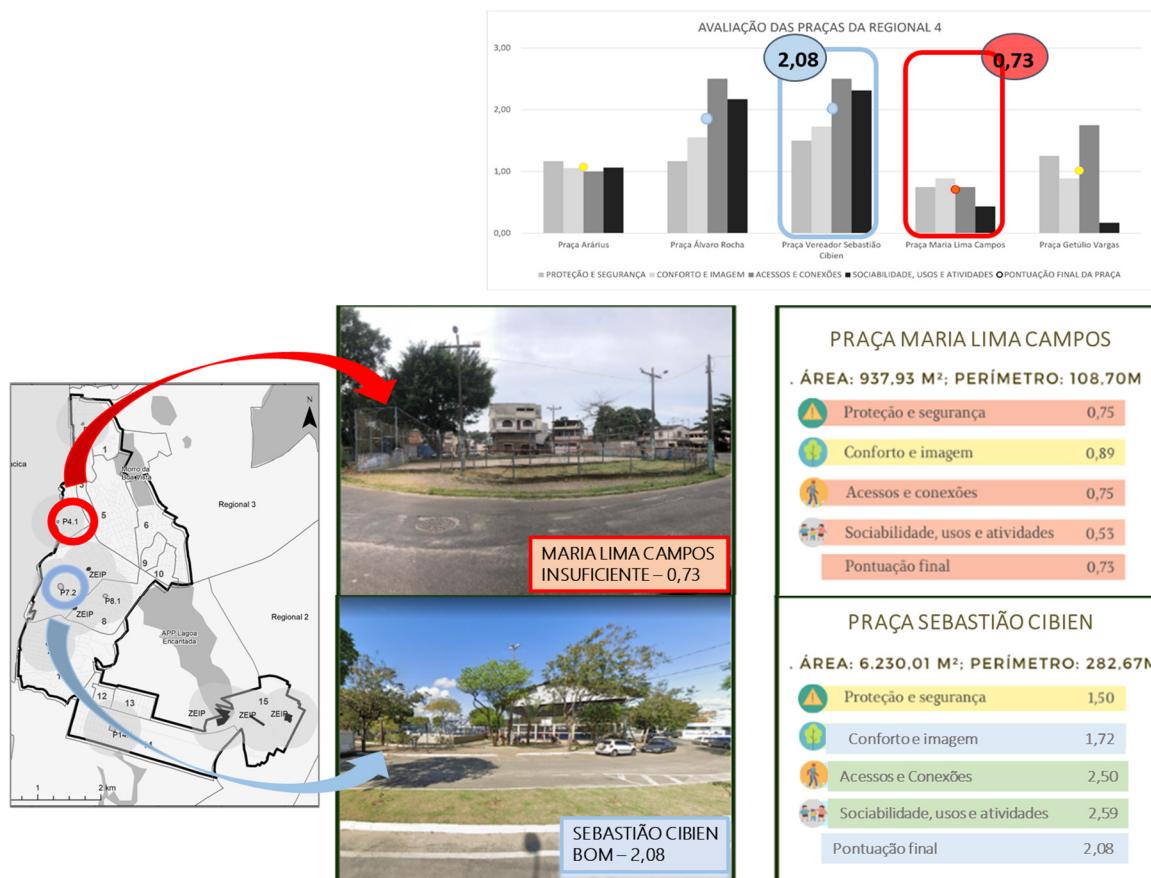
Em “Uso do solo” foram identificados os usos mais frequentes no entorno da praça. Das cinco praças analisadas, quatro receberam classificação “regular”, pois estão situadas em contextos predominantemente residencial, e somente uma (praça Sebastião Cibien) recebeu classificação “ótimo” devido ao uso misto do entorno, com funcionamento de comércio diurno e noturno no local. As análises desse indicador evidenciam que o uso do solo no entorno das praças da Regional é predominantemente residencial, situação essa que restringe o uso do espaço em determinados horários (diurno ou noturno), tornando, muitas vezes, o espaço vulnerável em partes do dia devido à falta de circulação e permanência de pessoas.

Em relação aos “Equipamentos fixos e serviços”, duas praças (Ararius e Sebastião Cibien), receberam classificação “ótimo”, por apresentarem 5 (cinco) ou mais equipamentos/serviços no interior da praça, com destaque para academia popular, quadra, pista de skate, banca de jornais, chuveiro e ponto de táxi. Uma praça (Ararius) recebeu classificação “regular” e outras duas (Maria Lima Campos e Getúlio Vargas) “insuficiente” por apresentarem poucos equipamentos/serviços em seu interior. Finalizando a categoria “Sociabilidade, usos e atividades” com o indicador “Apropriações comunitárias”, duas praças (Álvaro Rocha e

Sebastião Cibien) foram classificadas como “ótimo” e as demais “regular”, com apenas um tipo de apropriação identificada. Entende-se que as apropriações comunitárias são importantes no ambiente da praça pois contribuem para a construção do sentimento de pertencimento e de identificação com o local, o que auxilia no apreço e zelo para com o espaço público. São alguns exemplos de apropriações encontradas: barraquinhas, pula-pula, muro com grafite e atividades esportivas organizadas.

Os resultados das avaliações considerando todas as temáticas apresentadas, a partir da aplicação da ferramenta “QualificaURB”, evidenciam dois cenários extremos: a Praça Sebastião Cibien, a mais bem avaliada da Regional (nota 2,08 - classificação geral “bom”) e a Praça Maria Lima Campos com o pior desempenho da Regional (nota 0,73 – classificação geral “insuficiente”), ambas em destaque na Figura 6.

Figura 6: Ilustração da Praça Sebastião Cibien (melhor avaliação) e da Praça Maria Lima Campos (pior avaliação).



Fonte: Autores, 2022.

A Praça Sebastião Cibien, bairro Cobilândia, situa-se no centro de uma grande rotatória, com várias possibilidades de acessos, contribuindo para o “bom” resultado da categoria de “Acessos e Conexões”. O seu entorno é de uso misto e com diversos estabelecimentos comerciais e equipamentos comunitários, o que também atrai outras apropriações, além de atividades efêmeras (barraquinhas, pula-pula e ambulantes). Em relação aos aspectos físicos, a praça apresenta boa infraestrutura, com quadra poliesportiva, playground, pista de skate, mesa para xadrez e academia popular. Apesar das fragilidades em relação a iluminação e vigilância, a praça é acessível, com pavimentação adequada e boas áreas de descanso e sombreamento.

A praça Maria Campos Limas, bairro Nova América, por sua vez, localiza-se em uma área predominantemente residencial, em uma rua com pouco movimento de veículos ou trânsito de pessoas. Além disso, carece de infraestrutura adequada para sua utilização. Os mobiliários existentes encontram-se em condições precárias, a quadra está sem manutenção (com evidentes irregularidades na pavimentação), a praça não possui espaços e atividades para idosos e crianças, ademais, carece de áreas verdes e permeáveis, com apenas uma árvore e ausência de outros elementos sombreadores.

5 CONCLUSÕES

As praças, além de serem locais para convívio social, são fundamentais para o bem-estar da cidade. Quando qualificadas, acessíveis, conectadas, seguras, confortáveis e com diversidades de uso permitem oportunidades urbanas e melhoram a relação usuário-ambiente, influenciando diretamente no uso e na apropriação do espaço público urbano. Para tanto, as praças precisam atender a critérios qualificadores que devem ser considerados ainda nas etapas de planejamento urbano. Nesse sentido, a aplicação da ferramenta “QualificaURB” para avaliação da qualidade socioambiental de praças mostra-se um instrumento útil para ser utilizado em fase de projeto mas também em fase de avaliação pós-ocupação, permitindo identificar aspectos passíveis de melhorias.

Sendo assim, quando verificada a qualidade socioambiental, a partir da aplicação da ferramenta “Qualifica URB”, as praças da regional Grande Cobilândia receberam um nível de desempenho considerado “regular”, com apenas uma praça classificada como “bom”, com fragilidades principalmente em aspectos relacionados às categorias “Proteção e Segurança”, “Conforto e Imagem” e “Sociabilidade, Usos e Atividades”.

Quando verificada a avaliação da segurança das praças, os indicadores presentes na categoria “Proteção e Segurança” estão entre os com piores desempenhos, sendo as praças classificadas como “regulares” a “insuficiente”. Tal cenário denuncia a necessidade de uma maior atenção aos aspectos da morfologia e do desenho urbano que possibilitam a inibição de ações criminosas no espaço público, além de travessias seguras, adequadas aos requisitos de conforto e acessibilidade universal, que vão garantir a proteção do pedestre. O indicador “Fachadas fisicamente permeáveis” foi o mais bem avaliado nesta categoria. Quase todas as praças da Grande Cobilândia situam-se em bairros residenciais, com edificações implantadas em lotes com testadas pequenas e quase sem recuos frontais e laterais, o que resulta em um maior número de entradas de pedestre, contribuindo para o aumento da permeabilidade física das fachadas e, consequentemente, um maior número de pessoas que transitam no local. Em contrapartida, os indicadores “Travessias”, “Iluminação pública” e “Fachadas visualmente ativas” receberam as piores avaliações, ressaltando a necessidade de maiores investimentos para que as praças possam ser mais bem iluminadas, as travessias mais seguras e acessíveis, bem como um entorno diversificado. Esse último pode ser maior incentivado pela gestão municipal a partir de políticas públicas de incentivos fiscais e/ou redução de impostos que busquem estimular fachadas ativas e usos mistos nas edificações situadas no entorno das praças. A segurança pública também possui suporte nos espaços livres e, portanto, se esses locais apresentam infraestrutura que permite a vigilância natural, a relação usuário-ambiente é incentivada e o uso e apropriação do espaço aumentam.

Apesar da categoria “Acessos e conexões” representar a melhor avaliação, observam-se fragilidades em relação a largura e pavimentação adequada dos percursos nas praças; atributos esses essenciais para que as praças sejam lugares inclusivos para pessoas de todas as idades e necessidades. Destaca-se que a manutenção regular garante a preservação desses espaços já consolidados, a fim de garantir longevidade e vitalidade. Ainda nessa categoria, o indicador “Distância a pé ao transporte público” foi o que mais influenciou positivamente na avaliação, os demais indicadores apresentaram média “regular”, evidenciando aspectos que necessitam de investimentos.

Na categoria “Conforto e Imagem”, as praças analisadas, apesar de limpas e com boa sonoridade, carecem de vegetação e áreas permeáveis, comprometendo o conforto térmico, a drenagem urbana e a vivência no local. O indicador “Coleta de lixo” juntamente com o de “Poluição sonora” são os que mais influenciam positivamente no conforto e imagem das praças da Grande Cobilândia, devido à proximidade destas com vias de baixo fluxo e pela limpeza do espaço que, apesar da escassez de lixeiras, possui um serviço de limpeza urbana eficaz e contínuo. A análise da categoria “Conforto e Imagem” também evidencia a carência de arborização nas praças, que além de não contribuir para a estética do local, prejudica o conforto térmico, impedindo o uso das mesmas durante o dia, em especial nas horas e estações mais quentes. Destaca-se, ainda, a baixa permeabilidade do solo nesses espaços, a qual compromete o escoamento das águas pluviais e se apresenta como um fator contraditório diante da configuração geográfica da regional, frequentemente afetada por enchentes e alagamentos.

Em relação à média final da avaliação das praças, de todas as categorias avaliadas, as pontuações obtidas na categoria “Conforto e Imagem” foram, em quase todas as praças, inferiores às médias da pontuação geral, o que indica a necessidade de uma maior atenção para aspectos que contribuem para a estética e para o conforto térmico e acústico das praças, de modo a permitir também uma melhor vivência nos espaços.

Em relação aos indicadores de “Sociabilidade, usos e atividades”, uma maior atenção para os espaços de brincar e para as atividades que incluem os idosos mostra-se de extrema importância para melhorar a

qualidade das praças e contribuir para a vitalidade e sociabilidade do espaço. A criação de locais de encontro inclusivos e confortáveis, aliados à oferta de atividades que tornem a praça atrativa, contribui para o fortalecimento da vida pública e favorece a apropriação do espaço pela comunidade local, promovendo benefícios significativos à vida urbana. Observa-se nas praças da Regional a carência de equipamentos e atividades que atraiam as pessoas, em especial idosos e crianças, e favoreçam a sociabilidade, negligenciando a função social das praças.

Os resultados apresentados a partir da aplicação da ferramenta “QualificaURB”, evidenciam a eficácia desse instrumento analítico-classificatório na identificação das potencialidades e fragilidades de cada praça avaliada. Essas informações são essenciais para subsidiar decisões no planejamento urbano, diretrizes projetuais e propostas de intervenções urbanas, retroalimentando, assim, o processo de projeto, e possibilitando que investimentos e recursos públicos sejam canalizados e otimizados.

Sendo assim, a ferramenta “QualificaURB” tem se demonstrado eficaz na avaliação da qualidade socioambiental de praças urbanas, ao articular uma base teórica sólida com uma estrutura metodológica clara e replicável. Organizada em categorias, atributos e indicadores, a ferramenta permite diagnósticos técnicos e comparativos que podem subsidiar tomada de decisão no planejamento urbano. Sua versão digital, disponível desde março 2025 em aplicativo mobile e website, busca ampliar o acesso e facilitar a coleta e análise dos dados. Entretanto, a aplicação da ferramenta ainda apresenta desafios. A necessidade de familiarização com a metodologia pode limitar sua adoção por usuários fora do meio acadêmico, e alguns indicadores, ainda que tecnicamente embasados, podem estar sujeitos a interpretações subjetivas. Para superar tais limitações, materiais didáticos de apoio (vídeos e cartilhas) estão sendo desenvolvidos, bem como a calibragem dos indicadores e o aperfeiçoamento contínuo do sistema digital.

Para além da classificação e aplicação da ferramenta, espera-se, com este estudo, contribuir para a construção de uma base de dados inédita, contendo análises qualitativas das praças do município de Vila Velha, conferindo quais aspectos colaboram para a vitalidade desses espaços. Além disso, com a consolidação da ferramenta, será possível disseminar o seu uso em outras regiões brasileiras para avaliação de praças situadas em diferentes contextos. A partir dessa potencialidade, tendo em vista a carência de métodos de avaliação para espaços públicos, em especial aqueles com ênfase em praças, a presente pesquisa apresenta relevância científica e impacto local.

Por fim, conclui-se que há uma necessidade de melhor compreender os aspectos que qualificam os espaços livres de uso público e usar esse conhecimento para direcionar as decisões de planejamento urbano, visando a construção de cidades capazes de exercer sua função de socialização e integração entre as pessoas que coabitam determinada região. A valorização da função urbana e social da praça é uma etapa indispensável nas decisões de planejamento urbano, e a aplicação da ferramenta “QualificaURB” se mostra como método qualificado para auxiliar nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Quarta edição. Rio de Janeiro, 2020.
- ARAUJO, L. M. F. de. **Avaliação de espaços públicos: o caso de duas praças no Concelho de Caminha.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Municipal) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Minho, 2007. 109p.
- BERKE, P.; GODSCHALK, D. R.; KAISER, E. J.; RODRIGUEZ, D.. **Urban land use planning.** 5th edition. Urbana: University of Illinois Press, 2006.
- BRANDÃO ALVES, F. **Avaliação da qualidade do espaço público urbano.** Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- BRASIL. **Lei Federal n. 6766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Brasília, 1979.
- BUCCHERI FILHO, A.T.; NUCCI, J.C. Open spaces, green areas and tree canopy coverage in the Alto da XV district, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia.**, n. 18, 2006. p. 48-59.
- COWAN, Roberto. **Arm yourself with a Placecheck.** A users' guide. 2ed. London: Urban Design Alliance, 2001.

DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M. de; NETO, G. De A. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil .UmUM**, Maringá, PR, nº 20, p. 57-70, 2004.

DORNELES, V. G.; BINS ELY, V. H. M. Áreas livres acessíveis para idosos. **Paisagem Ambiente**: ensaios, São Paulo, SP, n. 22, p. 299- 308, 2006.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HANNES, E. Espaços abertos e espaços livres: um estudo de tipologias. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios - N. 37 – São Paulo, 2016. p.121 - 144.

HEEMANN, J.; SANTIAGO, P. C.. **Guia do espaço público para inspirar e transformar**. Mountain View (CA), USA, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ITDP Brasil. **Índice de Caminhabilidade Ferramenta**, Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2019.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.509 p.

LEITE, M. A. F. P. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 159-174, 2011.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2011.

MACEDO et al. **Os Sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

MACIEL, M. A. **Uma proposta de lista de verificação para a avaliação de praças**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. 2016.

MORA, M. A. R. Indicadores de Calidad de espacios públicos urbanos, para la vida ciudadana, em ciudades intermedias. In: 53º CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, **Anais do**, Cidade do México, 2009, s/p

NEWMAN, O. **Defensible Space**: Crime Prevention through Urban Design. New York: Macmillan, 1972.

NEW YORK. **New York Plan. Seating**. 2018. Disponível em: <<https://www1.nyc.gov/site/planning/plans/pops/pops-plaza-standards.page>>. Acesso em 16 fev. 2021.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, v. XIX, n.21, p.25-25, 2011.

RAMOS, L. L. A; JESUS, L. A. N.; CONDE, K. M. Ferramenta QualificaURB. 3° Versão.: **Paisagem Urbana e Inclusão**, Vitoria, 2022. Disponível em: <<https://www.cognitiforms.com/PesquisaDeEspa%C3%A7osP%C3%BAblicos/FERRAMENTADEAVALIA%C3%87%C3%83ODAQUALIDADESOCIOAMBIENTALDEESPA%C3%87OSLIVRESQualificaURB>>

REIS, A. T.; LAY, M. C. D. Avaliação da qualidade de projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. **Ambiente construído**, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 3, p. 21-34, jul./set. 2006

ROBBA, F; MACEDO, S.S. **Praças Brasileiras**: public squares in Brazil. São Paulo. Edusp: Impressa oficial do Estado. 2002.

SUNG H., LEE S., CHEON S. Operationalizing Jane Jacobs's Urban Design Theory: Empirical Verification from the Great City of Seoul, Korea. **Journal of Planning Education and Research**. 2015;35(2):117-130.
doi:10.1177/0739456X14568021.

UN-HABITAT. United Nations Human Settlements Programme. **Public Space Site-Specific Assessment**. Guidelines to achieve quality public spaces at neighbourhood level. Public Space Program: Nairobi, KENYA. Disponivel em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/final_pssa_v.1_reviewed_compressed.pdf> Acesso em 17 nov 2021.

VILA VELHA. **Lei complementar nº 65**, de 09 de novembro de 2018. Institui a revisão decenal da lei municipal nº 4575/2007 que trata do plano diretor municipal no âmbito do município de Vila Velha e dá outras providências. Vila Velha: Câmara Municipal de Vila Velha. 2018.

WHYTE, W. **The Social Life of Small Urban Spaces**. 3rd ed., New York: Project for Public Spaces, 2004.

7 NOTAS

¹ Conforme o Plano Diretor Municipal de Vila Velha (Lei complementar nº 65 de 2018) as ZEIPs são áreas do território destinadas para a manutenção e qualificação dos espaços livres e para implantação de equipamentos públicos.

² A definição do raio de abrangência à população de 400 metros das praças às residências é um valor sugerido pela UN-HABITAT (2020) e tem como referência as classificações de Berker et al. (2006) que concebem as praças como espaços públicos de vizinhança, com raios de abrangência até 400 m, correspondendo a um intervalo de tempo médio de 5 minutos de caminhada.

³ City Planning Website Survey da Cidade de Nova Iorque estabelece uma relação favorável de 1 assento de 30,5 cm para cada 2,75m² de área de praça. Tendo em vista que a população de Nova Iorque é 4 vezes maior que os municípios da Grande Vitória, foi realizada uma adequação passando a adotar a relação mínima de 1 assento de 30,5 m para cada 11,00 m² de praça como adequada.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.